

Não pode o invidicado apresentar em sua defesa outras provas que não seja as das autos, por serem elas as únicas existentes.

Os passos que des o invidicado, depois de lhe ser intimada a sentença pelos Escrivães, mostram a evidência que sua intenção, manifestada mais de huma vez a diversos, como se deprehende do depoimento das Testemunhas Doutor Antônio Francisco S<sup>r</sup> Aguiar Barros, Major Mausel da França e Chevaldo Marques Sobrinho, e do próprio Escrivão Lobo, era interior o recurso da appellação para o Doutor Juiz de Direito, de cujo carácter de integridade não devia o invidicado esperar a confirmação de huma sentença que, além da falta de prova plena, parecesse-lhe sentir-se de alguma prevenção.

Do depoimento da testemunha Escrivão Lobo - que teve a franqueza de declarar em pleno Tribunal que era sumiso fidalgo do invidicado - resulta que o mesmo para á sua casa procurar os autos para interior o recurso, e que efectivamente faria de mais honesto lugar a encerrálos em sua casa, molqual entre

varios objectos, e o pororario indicado,  
foram queimados os autoz que se  
achavao em seu poder

Do depoimento da testemunha  
Májor Chausel Suprais de chevedo  
Barros sobrinho, conhece-se que  
o indicado o procurou para ser  
aconselhado no que deveria fazer  
abem do seu livramento; convenci-  
da, porém, a testemunha que não  
podia encarregar-se do recurso por  
não ser Advogado, ou solicitador,  
restituio ao indicado o processo, in-  
dicando-lhe que procurasse pessoa  
legalmente habilitada para esse  
fim.

Do depoimento da testemunha  
Doutor Joaquim da Paixão resulta  
que o indicado efectivamente  
o procurou para encarregal-  
do appellaçao, ao que elle não se  
quer pôrstar, aconselhando que  
se não desse a esse trabalho, visto  
parecer-lhe que o Juiz da Direi-  
to aumentaria a pena; mas  
obstante à instanciaçao do indicado,  
o referido Doutor lhe indicou por  
escripto como deveria começar a  
intentar o recurso, o que é confirmado  
pela testemunha, qui entao

estava presente.

Depois dos autos, e da indicação dada pelo Advogado, o indicado voltou á sua casa afim de no dia seguinte dar principio as recusas. Mas de conformidade com seus hábitos, que exigem a leitura de algum papel para conciliar o sono, as deitar-se tornou o processo para por-se bem as factos de seu conteúdo, e invariavelmente adormecendo acordou-se vítima do incêndio que o consumiu, como comprova os testemunhos que habitam na mesma casa.

Nesta do exposito é fóra de dúvida ter sido canibal o facto em questão, e portanto improcedente o presente sumário. Nem deve fazer impunidade alguma no âmbito do Meritíssimo Julgador a falta de harmonia, ou verdadeiro desconhecimento, que se nota nas respostas dadas pelo indicado na occasião de proceder-se aos corpos da delicto; essas respostas, longe de revelarem má fé, ou pressupõem casas da parte do indicado, provam antes que seu espírito visivelmente alterado pela enfermidade, e por haver acontecimentos

tao estranho quao desagradavel na posicão em que se achava, não se percebia n'aquele momento a gravidade do acto.

Presta ao inquérito protestar contra algumaq asserçõez dos peritos que fizeram no corpo de delicto, tais como = que a cadeira, esteira, e lençol não offereçam indícios que demonstrassem a causalidade do incêndio, = a perinaria e seguida por não se acharem queimaduras conjectamente com as outras peças que foram, e o terceiro por achar de queimado sómente no meio. Asas asserçõez não merecem huma refutação séria, pois que seria absurdo pretender que um incêndio momentâneo, e produzido por misto fraco, como o fogo a huma vela, ao extinguir-se, deixasse em seu rapido curso traços determinados, ou sujeitos a leis invariaveis; porque quando mesmo se podesse sustentar este princípio, e' claro que suas consequencias dependiam da previa collocacão dos objectos, o que não se pode aplicar ao caso vertente, por si ignorar como estava o inquérito na occasião.

Avista o exposito o sindicado tem sole  
na convicção de que o Meritissimus Judi-  
gador para a justica que espera, - a  
que tem inquestionável direito.

Cidade da Constituição 31 a Agosto  
a 1860.

Antonio Monteiro Figueiredo

